

 **FGV DIREITO SP**

P R Ê M I O
ESDRAS
DE ENSINO DO DIREITO

3ª EDIÇÃO
2020

**INICIATIVAS QUE
FAZEM A DIFERENÇA**

ATIVIDADES PREMIADAS

3ª EDIÇÃO - PRÊMIO ESDRAS DE ENSINO DE DIREITO

2020

Direção

Oscar Vilhena Vieira

Vice-Direção

Adriana Ancona de Faria

Coordenação do CEPI

Alexandre Pacheco da Silva

Marina Feferbaum

Comissão Organizadora

André Rodrigues Corrêa

Guilherme Forma Klafke

Marina Feferbaum

Comissão Julgadora

Denise Andrade

Arthur Homci

Ana Elvira Luciano Gebara

Fernando Eberlin

Juliana Ferrari

Apoio na Organização do Prêmio:

Stephane Hilda Barbosa Lima

Tatiane Guimarães

Projeto Gráfico e Edição:

Tatiane Guimarães

Contato: cepi.direitosp@fgv.br



* Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Sumário

SOBRE O PRÊMIO	4
-----------------------	----------

ATIVIDADE VENCEDORA	5
----------------------------	----------

MENÇÕES HONROSAS	6
-------------------------	----------

PRÊMIOS DESTAQUE	9
-------------------------	----------

SOBRE O PRÊMIO

O Prêmio Esdras destina-se a professores que lecionam disciplinas jurídicas em cursos de Direito ou disciplinas jurídicas em cursos de outras áreas de conhecimento no Brasil, tanto de graduação quanto de pós-graduação ou em cursos de curta duração oferecidos por Instituição de Ensino Superior -IES. O prêmio abrange qualquer atividade de ensino participativo que tome o aluno como o principal agente da sua própria aprendizagem.

Como forma de reconhecer o bom trabalho desempenhado Brasil afora, a cada edição do Prêmio Esdras há diversas premiações para as melhores atividades.

Nesta 3ª edição, o prêmio principal foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e houve premiações com placa de menção honrosa às atividades de maior destaque. Além dessas homenagens, a Comissão Julgadora indicou atividades para inclusão no Banco de Materiais de Ensino Jurídico Participativo.

Com isso, visamos prestigiar os autores e, ao mesmo tempo, ajudar a divulgar essas práticas para que outros possam aplicar as atividades em seus cursos ou utilizá-las como inspiração para um ensino mais participativo.

ATIVIDADE VENCEDORA

Atividade ganhadora do prêmio de 5 (cinco) mil reais

Masterchef empreendedora: sonhos e aprendizados - O caso do “La Guapa” e “Arturito”



**Ruy Amaral Andrade e
Lara Britto de Almeida
Domingues Neves**

Salvador, BA

Aplicada em:
pós-graduação lato sensu

Palavras-chave:
Direito Societário; Contratos; Riscos
Empresariais; Governança
Corporativa; Redação Contratual

Paola Carosella narra desafios passados nos restaurantes "Julia Cocina" e "Arturito". Grupos de alunos debatem potenciais problemas e avaliam documentos societários do Arturito e La Guapa – análise das experiências anteriores nas atuais disposições contratuais. Abre-se o debate: alunos comentam o que ainda é preciso regular. Grupos se reúnem para redigir cláusulas sobre essas contingências. Professor então projeta as cláusulas e inicia diálogo socrático sobre escrita e aprimoramento jurídico.

MENÇÕES HONROSAS

Atividades ganhadoras de placas de menção honrosa

Diplomacia em sala de aula: aprendendo a teorizar com um jogo de tabuleiro



Caio Gracco Pinheiro Dias

Ribeirão Preto, SP

Aplicada em:
Graduação, 2º semestre

Palavras-chave:

Teoria de Relações Internacionais; cooperação internacional; anarquia; ensino por meio de jogos; simulação

Trata-se de proposta pedagógica desenvolvida durante um semestre de aulas a partir da reflexão e da sistematização das experiências vividas durante uma partida do jogo de tabuleiro Diplomacy, que simula a dinâmica de cooperação em condição de anarquia. Alunos e alunas precisaram teorizar sobre as interações entre os Estados e sobre a importância da cooperação internacional e os fatores que a possibilitam ou dificultam. Divididos em grupos, os alunos jogaram - fora do horário de aulas - uma partida (play-by-e-mail via website www.backstabbr.com) do jogo Diplomacy e elaboraram um relato do jogo buscando empregar os conceitos teóricos vistos em sala para explicar e dar sentido aos movimentos e decisões tomadas durante a partida. O relato foi apresentado em versão preliminar que foi corrigida, devolvida aos grupos com feedback para reformularem e apresentarem uma versão final. Essa atividade articulou o conteúdo programático e o desenvolvimento das competências cognitivas previstas no plano de

Labirinto do conflito - Onboarding



Jeciane Golinhaki

São José, SC

Aplicada em:
Graduação, 4º a 7º semestres

Palavras-chave:
Jogos de tabuleiro; cultura de
paz; design thinking

Trata-se de um jogo de tabuleiro elaborado por discentes de diferentes fases, construído colaborativamente através de estratégia de etapas de Design Thinking para aplicação na praça de alimentação da IES, com temática de sensibilização sobre a cultura do conflito X cultura do consenso.

Abordagem Baseada em Direitos Humanos (human right based approaches - RBA): fortalecimento institucional de empreendedores negros e mulheres - Lei Estadual 13.208 de 2014.



José Cláudio Rocha

Salvador, BA

Aplicada em:
Graduação, 7º semestre

Palavras-chave:
Década Internacional de Afrodescendentes;
Empreendedorismo de negros e mulheres; Abordagens Baseadas em Direitos Humanos; Ações Afirmativas.

A atividade foi proposta na disciplina Políticas Públicas do Bem-Estar da Pessoa Humana e teve como objeto refletir sobre a política estadual de fomento ao empreendedorismo de Negros e Mulheres na Bahia, como prevista na Lei Estadual 13.208 de 2014, a partir de uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos (Human Right Based Approaches - HRBA), metodologia proposta pelas Nações Unidas para projetos de desenvolvimento, com foco na democracia e participação cidadã. Do ponto de vista metodológico, a HRBA foi combinada com as abordagens da pesquisa-ação e pesquisa colaborativa, visando estimular o mais possível a participação dos estudantes ao diálogo com as comunidades. Entre as justificativas para o tema podemos destacar a necessidade de organização do movimento de Empreendedorismo Econômico Solidário Criativos (EESC) de redes e coletivos de negros e mulheres e a Década Internacional de Afrodescendentes até a 2024. Como resultado dessa atividade podem ser destacadas a criação do Fórum de Empreendedorismo de Negros e Mulheres e a organização do I Congresso de Turismo Étnico Afro (CONTEA) realizado no final de 2019 em três cidades: Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. Por fim, os produtos gerados foram registrados como tecnologias sociais.

PRÊMIOS DESTAQUE

Atividades indicadas para publicação no Banco de Materiais de Ensino Jurídico Participativo

A Prática da Empatia para a Negociação Colaborativa

Carolina Hannud Medeiros

São Paulo, SP

A atividade promove a prática da empatia como cerne fundamental no aprendizado da Negociação, viabilizando o enfrentamento de desafios cognitivos relacionados à compreensão da empatia e estimulando a capacidade de percepção do outro por meio de recursos sensoriais que não envolvam a "visão de mundo" do aluno e o pré-julgamento que lhe é próprio. Inspirados no fotógrafo cego premiado Evgene Bacar, de maneira lúdica, sinestésica e criativa os alunos vivenciam a empatia para que haja a troca de "olhares" e perspectivas e para que as fotografias reproduzam a somatória das visões de mundo de ambos naquele instante. A foto, assim, é uma representação de um possível acordo que a negociação integrativa/colaborativa pode construir.

Aplicada em:

Curso de curta duração

Palavras-chave:

Negociação - Empatia - Bodystorming - Ludicidade - Design Thinking

Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) “História do Direito, Direito Ambiental e Povos e Comunidades Tradicionais”

Julio Cesar de Sá da Rocha, Camila Bispo Valente, Julia Maria Borges Molina, Diosmar Marcelino de Santana Filho, João Batista Ferreira da Silva, Gilvânia Silva do Rosário, Letícia de Souza Silva e Roberta Nascimento da Silva

Salvador, BA

A Ação ACCS “História do Direito, Direito Ambiental e Povos e Comunidades Tradicionais” é oferecida no Curso de Direito da UFBA. A ACCS foi implantada na Faculdade de Direito da UFBA desde 2011 e tem suscitado problematização em que medida atividade de extensão pode romper com a construção dogmática hegemônica nos cursos jurídicos, baseada no “direito dos códigos” ao invés do “direito concreto, das ruas, da sociedade, dos grupos vulneráveis”. A experiência da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) “História do Direito, Direito Ambiental e Povos e Comunidades

Tradicional” é oferecida no Curso de Direito da Universidade Federal da Bahia e se propõe a aproximar a UFBA dos povos e comunidades tradicionais, seus saberes e modos de vida tradicionais. A ACCS apoia iniciativas por demandas por direitos, possibilita aprendizado crítico dos discentes sobre conflitos socioambientais e conhecimentos tradicionais. A ACCS representa oportunidade de conhecimento do direito numa perspectiva não-dogmática, construindo a percepção de que as comunidades possuem algo a ensinar à comunidade acadêmica. Ademais, possibilita a compreensão do Estado, das políticas públicas e de que o direito incorpora a realidade social subjacente. Importante registrar que a Universidade Federal da Bahia disciplinou o oferecimento da ACCS através de Resolução nº 01/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFBA. A ACCS, antes denominada ACC (Atividade Curricular em Comunidade), permite que estudantes e professores, em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvam ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação. A resolução, entre outros pontos, exige que todos os cursos de Graduação da UFBA que não preveem ACCS em seus projetos político-pedagógicos deverão incluir esse componente em seus currículos. Por fim, a cada semestre edital público é lançado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA que seleciona propostas de ACCS e apoia as selecionadas por meio de recursos financeiros com bolsa de monitores e com custeio das atividades, mediante a satisfação dos requisitos descritos no

edital. Por conta dos recentes cortes de recursos públicos pelo governo federal, as ACCS têm sido comprometidas na Universidade Federal da Bahia.

Aplicada em:

Graduação em Direito e outros cursos como Bacharelados Interdisciplinares, Serviço Social, Ciências Sociais, Medicina, História, Biologia, dentre outros

Palavras-chave:

Direitos humanos; Povos e Comunidades Tradicionais; Interdisciplinaridade; Justiça Ambiental; Conflitos Socioambientais.

Avaliação: lidando com um processo de verdade do PJe

Simone Lopes Machado

Janaúba, MG

Quando estudamos INICIAL e CONTESTAÇÃO na área trabalhista, ficamos a imaginar como são aplicadas. Portanto, nada mais desafiador do que analisar como advogados e juízes realmente aplicam o que é estudado em Direito Processual do Trabalho. E isso se torna ainda mais interessante quando podemos ter acesso à integralidade de processos a partir de pesquisas da jurisprudência e disponibilização do PJe. Identificar os erros dos outros ajuda no processo de aprendizagem, o que é potencializado pelo estudo em equipe. Assim, a partir de pesquisa da própria equipe sobre tema interessante (escolhido) na jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho, deve-se identificar e justificar, pelo menos, 5 elementos que poderiam ser melhorados na Inicial e na Contestação de um processo real do PJe.

Aplicada em:

Graduação, 9º semestre

Palavras-chave:

Processo do Trabalho - Inicial -
Contestação - PJe – Erros

Avaliação: o caso EMBRAER-BOEING

Simone Lopes Machado

Janaúba, MG

Em 25/04/2020, o noticiário estampou que "EMBRAER acusa BOEING de romper acordo e exige compensação dos americanos". Era o fim de uma história de negociação iniciada em 2017, que passou por várias fases contratuais e foi recheada de institutos jurídicos. Estudar esse caso é mais que revolver sua história e se encantar por projetos audaciosos da aviação internacional, é aceitar o DESAFIO de identificar o que da TEORIA GERAL DOS CONTRATOS foi colocado em prática, dos princípios e tratativas até a inimplância e extinção contratual, utilizando legislação, jurisprudência e doutrina. Ao final, a avaliação dos materiais produzidos em equipe é compartilhada entre colegas e professor, permitindo que o caso seja revisto sob ângulos diferentes.

Aplicada em:

Graduação, 5º semestre

Palavras-chave:

Princípios Contratuais - Fases Contratuais
- Inadimplância - Extinção Contratual

Balcão do Consumidor: Instrumento de transformação da Educação para o consumo

Liton Lanes Pilau Sobrinho,
Jovana De Cezaro e Leticia
Spagnollo

Passo Fundo, RS

A atual sociedade caracteriza-se por ser uma sociedade de consumo. Assim, por meio de palestras, com a distribuição de materiais informativos, com a visita do personagem Tchê Consumidor e com a utilização de atividades de fixação, objetiva-se explanar aos alunos sobre as relações de consumo.

Aplicada em:

Graduação, 9º e 10º semestres

Palavras-chave:

Balcão do Consumidor, Balcão na Escola,
Consumo, Educação, Tchê Consumidor.

ComplianceLab-Mack

Cláudia de Almeida Carneiro

Guarulhos, SP

O grupo de estudos ComplianceLab-Mack visa o estudo do Compliance no Brasil e no mundo, atendendo as necessidades de práticas anticorrupção. O ComplianceLabMack tem como missão desenvolver profissionais diferenciados para o mercado de trabalho comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

Os pré-requisito para permanecer no ComplianceLab-Mack é a presença assídua e a produção de artigos

científicos, a escolha do tema é critério do discente.

O ComplianceLab promove a formação interdisciplinar do aluno tanto no âmbito teórico quanto prático, pois a teoria sempre é aplicada por meio dos casos emblemáticos.

O membro do ComplianceLab tem a sua disposição a bibliografia anterior a data da aula, assim o integrante faz fichamento da leitura dos aspectos que achar mais relevante e separa 3 perguntas para serem realizadas no dia do Laboratório.

No dia do encontro é recolhido os fichamentos e esclarecido todos questionamentos.

A teoria é instrumentalizada em Laboratório para a melhor tomada de decisão com base no que o profissional desenvolveu em conjunto com os alunos no Laboratório.

O ComplianceLab-Mack incentiva que o conhecimento seja propagado para a sociedade através de projetos sociais que promovam seus conhecimentos instrumento a cidadania. Inserimos no ComplianceLab-Mack o aluno como agente responsável por contribuir com a sociedade.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Compliance - Laboratório - "Cases" - Cidadania - Educação

Direito Constitucional em Ação

Nathalie Kuczura Nedel e
Candisse Schirmer

Santa Maria, RS

A atividade consiste em uma prática simulada que envolve qualquer um dos conteúdos da disciplina de Direito Constitucional II. Diante disso, os alunos podem optar, por exemplo, por simular o processo legislativo de lei ordinária ou o processo de impeachment. A partir dessa prática, verifica-se a implementação de diversos fatores evidenciados no PPC do Curso, tais como: trabalho em equipe, oralidade, desinibição, vivência de casos reais a partir da simulação, interdisciplinariedade e protagonismo discente. Aspectos estes que são desenvolvidos ao longo de todo o semestre a partir de cada uma das etapas da atividade, as quais podem ser, assim, resumidas: 1. No 1º dia do semestre, os alunos são informados da atividade; 2. A partir da plataforma educacional, toda a turma passa a se organizar, escolhendo inicialmente a temática. Como os debates ocorrem por meio de fórum, as professoras conseguem acompanhar e responder eventuais dúvidas, mas sempre atuando como curadoras; 3. São realizadas dinâmicas de desinibição, a partir da disciplina de Direito e Teatro; 4. Os alunos ensaiam a simulação; 5. A prática simulada é realizada em sala de aula; 6. Ocorre o feedback a partir de uma conversa entre as docentes e discentes sobre o conteúdo da atividade, bem como em relação ao seu desenvolvimento; 7. A partir do próximo semestre, os alunos deverão após a simulação em sala de aula, escolher uma forma de levar à comunidade, de forma simplificada o conteúdo, tal poderá se operar por meio da criação de um perfil para dúvidas em redes sociais virtuais, cartilhas, realização da simulação em escolas, por exemplo. Essa prática já foi aplicada durante 6 semestres consecutivos e é, paulatinamente, aperfeiçoada. Ao final das práticas, vislumbrou-se uma maior fixação e desenvolvimento crítico do conteúdo,

uma vez que os alunos recordam do que foi objeto de simulação mesmo em outros semestres; uma maior interação entre os alunos, que passam a desempenhar melhor o trabalho em equipe; a promoção da desinibição, da oralidade e principalmente o protagonismo discente.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Direito Constitucional. Direito e Teatro. Interdisciplinaridade. Prática Simulada. Protagonismo discente.

Direito e Justiça na web: criando podcasts e redes sociais

Gabriel Antonio Silveira Mantelli

São Paulo, SP

A atividade convida alunos, alunas e alunes de graduação em Direito a produzir conteúdos acessíveis de cunho jurídico para internet, por meio de episódios de podcast e perfis em redes sociais. São os(as) alunos(as) responsáveis pela criação do conteúdo a ser disponibilizado na internet, indo desde a pesquisa, a elaboração de eventuais roteiros até a habilidade prática e interdisciplinar de manejo de novas ferramentas digitais, como edição de podcasts e imagens. Ao longo do semestre, o(a) professor(a) acompanha e orienta a execução das atividades em encontros quinzenais, que são realizadas em grupos, e, no fim, o material é disponibilizado na internet. Utilizando o método de ensino baseado em projetos, a atividade é capaz de desenvolver inúmeras habilidades e competências do corpo discente, indo

desde o desenvolvimento de argumentação e raciocínio jurídicos adequados e coerentes até o letramento crítico e a aptidão para socializar conhecimentos com públicos diferenciados e em diferentes contextos. A atividade pode ser realizada em qualquer disciplina ou campo do conhecimento jurídico, uma vez que se apresenta como uma forma aberta de projeto que interliga ensino, pesquisa e extensão, replicável em contextos curriculares diversos, não estando vinculada a um conteúdo jurídico particular.

Aplicada em:

Graduação, 3º e 4º semestres

Palavras-chave:

Projeto interdisciplinar; divulgação científica; direito acessível; redes sociais; podcasts.

Governança na prática: Alunos assumem o papel de "Auditores de Governança" de Companhias reais

Ruy Amaral Andrade; e Matheus Machado Diniz

Salvador, BA

Grupos de estudantes assumem o papel de "Auditores de Governança" de companhias reais. Solicitados à elaboração de parecer sobre o estágio de maturidade de governança corporativa de determinada empresa, examinam seus documentos societários, espalhados em diferentes seções do seu website de relacionamento com investidores, para aplicar questionário de métrica de

governança corporativa do IBGC (ferramenta gratuita de autoavaliação), justificando a importância de cada pergunta do questionário.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Governança corporativa; Auditoria; IBGC; Direito societário

Interação acadêmico-social para o orçamento participativo municipal

Helena Stela Sampaio

Fortaleza, CE

Durante a disciplina de Orçamento Público do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, ministrada em 2019.2 os acadêmicos foram conquistados a desenvolver uma pesquisa comunitária em bairros de sua vivência, seja por moradia ou outra afinidade. Como pressuposto dessa pesquisa, os acadêmicos em equipe deveriam desenvolver uma análise comparativa entre a proposta orçamentária do Município de Fortaleza para 2020 e o Orçamento Anual de 2019 do mesmo município referente ao território escolhido, observar as indicações dos representantes comunitários para o orçamento participativo. Em seguida questionar junto aos moradores desses bairros sobre a confirmação ou não das indicações de gastos para o orçamento participativo de 2020 realizadas pelos representantes comunitários à Prefeitura Municipal, por meio de questionário semiestruturado e/ou entrevista.

Como resultado foram i) analisados as propostas orçamentárias de 8 territórios da cidade de Fortaleza, que representam 24 bairros, ii) realizados relatórios em forma de pronunciamento à Câmara Municipal de Fortaleza, e iii) compilação dos relatórios com manifestação avaliativa sobre a metodologia do Orçamento Participativo de Fortaleza para entrega à Secretaria de Planejamento e Orçamento do Município de Fortaleza - SEPOG, a fim de integrar o Orçamento Participativo.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Orçamento participativo municipal. Município de Fortaleza. Validade de propostas orçamentárias.

Na pele dos ministros: a construção dos votos no Supremo Tribunal Federal

Carlos Victor Nascimento dos Santos

Rio das Ostras, SP

As metodologias propostas foram: método do caso, role-playing e seminários. Inicialmente, a sala de aula foi organizada de forma a simular julgamentos de casos concretos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal, permitindo aos alunos que, por meio do estudo de um caso, pudessem construir um raciocínio jurídico-constitucional. Posteriormente, eram realizados seminários de modo a estabelecer um estranhamento com os alunos acerca das práticas ocorridas na simulação de julgamento.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Supremo Tribunal Federal; Voto; Decisão; Pesquisa empírica; Direito Constitucional.

O enfrentamento da violência contra a mulher**Josiane Petry Faria e Rafaéli Giotto**

Passo Fundo, RS

A desigualdade de gênero e o esquecimento das mulheres pela criminologia é temática a ser enfrentada, eis que tal situação provoca o desvelamento de cenários como o ambiente privado como local e facilitador do crime, a intersecção de elementos na manutenção e exponencialização da vitimização feminina, a desigualdade de gênero como violência estrutural/estatal e a vitimização secundária e terciária. Assim, a interação e a produção de conteúdo pelos próprios acadêmicos é ferramenta fundamental da construção eficiente da relação ensino-aprendizagem, incentivando a pesquisa, a participação junto à comunidade, a exploração da criatividade metodológica e o entendimento dos diferentes níveis de vulnerabilidade social. Viabiliza a redução do abismo existente entre teoria e prática e a implementação dos direitos humanos no cotidiano.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Acolhimento. Criminologia. Igualdade de Gênero. Proteção. Vulnerabilidade.

O Jogo da Vida do Estudante de Direito**Janaína Dantas Germano Gomes**

Campinas, SP

Como estamos formando nossos alunos nos cursos de direito? Eles estão atentos à realidade ao seu entorno? Quais os desafios que enfrentam ao longo do curso e sobre os quais (em geral) não falamos em sala de aula? Seria possível preparar os alunos, desde os primeiros anos, a identificar violações de direitos fundamentais e aprender noções básicas sobre estes a partir de suas próprias vivências acadêmicas? A atividade proposta, "O Jogo da Vida do Estudante de Direito", é um jogo de tabuleiro que tem por objetivo introduzir o aluno ao mundo do direito através dos desafios vivenciados ao longo da experiência do curso, preparando os alunos para suas vivências profissionais e acadêmicas futuras, engajando-os na vida universitária, prevenindo evasão, trancamento, adoecimento psicológico e desestímulo com o curso. O objetivo é que se conheçam os desafios da área do direito e do cotidiano acadêmico, identificando situações problema relacionadas à gestão de tempo, inteligência emocional, mercado profissional, estágio, disciplinas a cursar, convivência e barreiras de acessibilidade (física, simbólica, material). Referidas situações problema podem ser adaptadas aos desafios do semestre letivo no qual se incluem os alunos (como o final do curso, produção de trabalhos de conclusão) e com o aprofundamento das temáticas da disciplina na qual será aplicado o jogo. Muitos dos temas atinentes ao espaço de aula permitem a discussão de direitos

como a não discriminação, a lei do estágio, a proteção dos direitos das mulheres em caso de violência, dentre outros. Sob supervisão e estímulo docente, o discente reflete sobre seu percurso de formação a partir de situações por percebidas como problemáticas ou desafiadoras, propondo, com liberdade e criatividade, alternativas e saídas para lidar com tais situações, em particular, dentro do jogo já pré-determinado em sua forma mais geral pela docente.

Por se tratar de um jogo em formato de tabuleiro, com a presença de cartas, personagens, regras e outros recursos, a operacionalização da proposta tende a ficar mais clara para o leitor à medida em que mais informações são acrescentadas à descrição, assim como ocorre com os jogos de tabuleiro em geral e seus “manuais de instrução”.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

ensino do direito - gamificação -
competências sócio-emocionais -
colaboratividade - direitos fundamentais

Pesquisa em (qual) direito

José Geraldo de Sousa Júnior,
Eduardo Xavier Lemos, Renata
Carolina Corrêa Vieira, Maria
Antônia Melo Beraldo, Julia
Caroline Taquary dos Reis,
Rafael Luis Muller Santos,
Juliana Vieira Machado, Lucca
Dal Soccio.

Brasília, DF

No desenho da disciplina Pesquisa Jurídica (1º semestre do curso de Direito da Faculdade de Direito da UnB), regida pelo professor proponente e equipe e, seguindo o roteiro programático (Programa e elementos metodológicos), se habilitam, com autonomia cognitiva, teórica e ética, “a desentranhar dos discursos teóricos e técnicos operados, as pré-compreensões neles inscritas, consciente ou inconscientemente”.

Projetada para o desempenho regular de curso, a atividade foi atingida dramaticamente pela pandemia de Covid-19. Inserida nesse contexto, a atividade passou a ter dupla finalidade: acadêmica e subjetiva.

De um lado, proporcionou a/ao estudante a reflexão teórica e epistemológica sobre os fundamentos da disciplina, e de outro, favoreceu o acolhimento, na medida em que proporcionou um espaço orgânico de troca de experiências e vivências por meio da atividade “Cartas da Quarentena”, em que as e os estudantes foram convidados a refletirem criticamente a conjuntura vivenciada, compartilhando suas angústias, dores, esperanças e sentimentos sobre o momento atual. Ao escreverem cartas ao grupo, as/os estudantes foram estimulados a manterem o vínculo coletivo durante o período e não se dispersarem ou se sentirem desamparados no começo da sua vida acadêmica, tendo em vista que a disciplina Pesquisa Jurídica é ofertada no primeiro semestre do curso.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Ensino e Pesquisa Jurídica; Autonomia Cognitiva Teórica e Ética; Pesquisa e Autoria; O Direito Achado na Rua.

Práticas de Interculturalização do Direito

Isabella Cristina Lunelli

Florianópolis, SC

Essa atividade, aqui intitulada de “Prática de interculturalização do direito”, aborda conceitos e técnicas de pesquisa relacionados aos conteúdos essenciais sobre antropologia na área do direito. Busca promover uma maior integração dos e das estudantes do direito ao seu campo de atuação e formar egressos conscientes dos fenômenos e das interações culturais a que são expostos cotidianamente. Tem como objetivo ampliar a compreensão do significado e os alcances do respeito à pluriculturalidade jurídica dentro de um estado democrático e intercultural de direito. Para tanto, estimula-se o protagonismo dos alunos a se apropriar de um conceito de cultura jurídica, a identificar e relatar a pluralidade jurídica em sua realidade social. Em sua execução, pautam-se técnicas de pesquisa empírica (pesquisa de campo) e o trabalho em equipe. Constitui-se como atividade avaliativa na medida em que aos alunos cabem, após pesquisa de campo, redigir trabalho escrito – inserindo-os introdutoriamente na escrita acadêmica e na formatação de artigos científicos – e à argumentação em sala de aula, capaz de fomentar um debate entre pontos de vistas distintos entre os alunos ouvintes e a docente.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Antropologia Jurídica. Diversidade
Cultural. Pluralismo Jurídico.
Interculturalidade

 **FGV DIREITO SP**

PRÊMIO
ESDRAS
DE ENSINO DO DIREITO